ISSN: 2674-9270
Volume. 7, n. 2, ago./dez. 2025

ARTIGO

Dialética da precariedade: trabalho e desenvolvimento na microrregião de Salinas no Século XXI

Ricardo dos Santos Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
E-mail: ricardo.silva@ifnmg.edu.br

Priscila Raposo Silva
Escola Estadual Professor Levindo Lambert
E-mail: priscila.14726798@educacao.mg.gov.br

DOI: *https://doi.org/10.46636/recital.v7i2.595*

Como citar este artigo: SILVA, Ricardo dos Santos; SILVA, Priscila Raposo. Dialética da precariedade: trabalho e desenvolvimento na microrregião de Salinas no Século XXI. **Recital - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG**, v. 7, n. 2, p. 130–150, 2025. DOI: 10.46636/recital.v7i2.595. Disponível em: https://recital.almenara.ifnmg.edu.br/recital/article/view/595.

Recital
Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

Recebido: *20 Jul. 2024*

Aceito*: 01 Set. 2025*

Está obra está licenciada sobre uma Creative Commons Attribution 4.0 International License. Nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida ou transmitida, para propósitos comerciais, sem permissão por escrito. Para outros propósitos, a reprodução deve ser devidamente referenciada. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Dialética da precariedade: trabalho e desenvolvimento na microrregião de Salinas no Século XXI[1]

RESUMO

O presente trabalho busca resgatar algumas conexões entre trabalho e desenvolvimento, especialmente na microrregião de Salinas, com vistas à compreensão das configurações do "trabalho", com destaque para a relação entre trabalho e educação. Foram coletados dados secundários, especificamente estatísticas provenientes da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), com vistas à análise do comportamento do emprego na microrregião mencionada. Para tanto, foi necessário compreender a dinâmica do trabalho em diferentes mesorregiões de Minas Gerais, a partir de uma breve comparação entre as mesorregiões Norte de Minas e Metropolitana de Belo Horizonte. Verificou-se que o comportamento do emprego na Microrregião de Salinas segue algumas tendências mais gerais, como o aumento do setor de serviços e do nível de formação da força de trabalho. Porém, a precariedade no mercado de trabalho persiste, pois ela é inerente à lógica de funcionamento do capitalismo, expressão de uma ligação orgânica entre desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Palavras-chave: Microrregião de Salinas. Educação. Trabalho. Precariedade.

Dialectic of Precariousness: Labor and Development in the Salinas Microregion in the 21st Century

ABSTRACT

The present work aims to explore some connections between work and development, especially in the Microrreigão de Salinas (Salinas Microregion), with a focus on understanding the configurations of "work," highlighting the relationship between work and education. Secondary data were collected, specifically statistics from RAIS (Relação Anual de Informações Sociais - Annual Report of Social Information), to analyze employment trends in the aforementioned microregion. To this end, it was necessary to understand labor dynamics in different mesoregions of Minas Gerais, based on a brief comparison between the Norte de Minas and the Metropolitana de Belo Horizonte. It was observed that employment trends in the Microrregião de Salinas follow some broader patterns, such as the expansion of the service sector and the increasing educational level of the workforce. However, labor market precariousness persists, as it is inherent to the logic of capitalist functioning—an expression of the organic link between development and underdevelopment.

Keywords: Salinas microregion. Education. Work. Precariousness.

[1] Este artigo é resultado da pesquisa intitulada "Mercado de trabalho e educação na Microrregião de Salinas-MG: uma análise para além dos dados quantitativos", que contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (os autores agradecem o apoio), e da tese de doutorado "Pós-fordismo no sertão? A modernização da cadeia produtiva do carvão vegetal no norte de Minas Gerais", apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas na década de 1990 expressavam os múltiplos vetores que alteraram as formas tecnológicas e organizacionais da produção e que, por extensão, redefiniram o próprio escopo da sociologia do trabalho no Brasil. A abertura econômica, as mudanças nas formas de atuação do Estado (por exemplo, as privatizações e a regulação das relações de trabalho), sua menor intervenção, a estabilização econômica, a maior competitividade das firmas – expressas em mudanças nas suas estratégias competitivas –, sinalizavam importantes alterações nos planos macroeconômico e microorganizacional (GUIMARÃES, 2004).

A perspectiva neoliberal, que no plano político corresponde às transformações no modelo produtivo, apresentou impactos importantes sobre as relações de trabalho no país. Alterações mais recentes, baseadas nessa perspectiva/matriz política, atingiram frontalmente a classe trabalhadora, citamos, por exemplo, a entrada em vigor, no ano de 2017, da Lei 13.467, de 13 de julho do mesmo ano, a denominada Reforma Trabalhista[2].

Há uma articulação entre as transformações no plano micro-organizacional – alterações nas tecnologias e formas de organização da produção, nas estratégias de gerenciar as relações de trabalho, na busca pelo envolvimento/consentimento dos trabalhadores, com nítida repercussão no próprio perfil da força de trabalho – com modificações econômicas que extrapolam o âmbito estrito/restrito do chão de fábrica – surgimento de novos encadeamentos produtivos pautados por metas de qualidade e produtividade, novas formas de controle patrimonial, novas normas legais referentes ao trabalho e à economia, política macroeconômica, etc.

A sociologia do trabalho construída/constituída antes das transformações na década de 1990, apresentava como foco de análise os locais de trabalho (chão de fábrica), a experiência subjetiva do processo de trabalho e sua repercussão nas formas de entendimento das relações sociais que emergiram do ambiente produtivo. Guimarães (2004) se pergunta sobre os motivos que levaram ao abandono da perspectiva que considerava o trabalho como uma dimensão analítica concernente ao tema de maior envergadura, “o desenvolvimento e a mudança social”.

O presente trabalho busca resgatar algumas conexões entre trabalho e desenvolvimento, especialmente na microrregião Norte de Minas, com vistas à compreensão das “configurações do trabalho”, com destaque para a relação entre trabalho e educação. É importante ressaltar a existência de outras variáveis fundamentais para a compreensão do trabalho, como gênero, e raça/cor, entre outras, conforme verificam Hirata (2001) e Hasenbalg (1999), mas que não serão abordadas neste artigo.

Em termos metodológicos, foram coletados dados secundários da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal, do IBGE, para a análise das taxas de desocupação no Brasil entre 2012 e 2023, e, especialmente, estatísticas provenientes da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), com vistas à análise do comportamento do emprego na microrregião de Salinas. Essa base de dados, administrada pelo Ministério do Trabalho e

[2] As modificações na legislação trabalhista, “além de substancialmente relevantes, impactam de forma qualitativa na estruturação e dinâmica das relações de trabalho no Brasil. Incidem fortemente no nível e composição dos empregos. Atingem ainda, de forma direta e indireta, a capacidade de mobilização e organização sindical dos trabalhadores e trabalhadoras, almejando enfraquecê-las ainda mais, fator também contributivo para o aprofundamento da precariedade das ocupações e do acesso a direitos” (ANTUNES; PRAUN, 2019, p.61-2)

Emprego (MTE), reúne registros administrativos das relações formais de trabalho no Brasil. A RAIS é atualizada anualmente e contempla informações detalhadas sobre vínculos empregatícios, setores de atividade econômica, remuneração, escolaridade e localização geográfica dos trabalhadores. A escolha dessa base se justifica por sua abrangência e confiabilidade no acompanhamento das dinâmicas formais de emprego ao longo do tempo.

Os dados utilizados da base RAIS referem-se ao período de 2002 a 2022, com recorte espacial centrado na microrregião de Salinas, em Minas Gerais. No entanto, para compreender adequadamente a dinâmica local, é necessário considerar também a dinâmica do trabalho em diferentes mesorregiões do estado. Ademais, foram analisadas a evolução do emprego formal e a relação entre educação e trabalho, segundo os Grandes Setores da economia, conforme a classificação do IBGE.

Com base nesses dados, realizou-se uma análise descritiva da evolução do emprego formal nos Grandes Setores (indústria, construção civil, comércio, serviços e agropecuária), bem como da transformação do perfil educacional da força de trabalho local. Cabe destacar que, embora não tenha sido empregado um modelo econométrico formal, o uso de estatísticas descritivas e indicadores comparativos (como variação percentual anual e participação relativa por setor e escolaridade) buscou conferir maior robustez e clareza à análise dos dados apresentados.

Por fim, ressalta-se que a breve comparação entre as mesorregiões Norte de Minas e Metropolitana de Belo Horizonte contribui para a compreensão da dinâmica do emprego na microrregião de Salinas. O método comparativo, conforme a perspectiva de Sartori (1994) e Schneider e Schmitt (1998), possibilita, entre outras características, identificar semelhanças/regularidades e diferenças/disparidades entre os fenômenos comparados - no caso do presente estudo, entre variáveis do mercado de trabalho, tais como a ocupação por grandes setores, escolaridade e rendimento médio. Dessa forma, foi possível apreender fatores que são, em parte, compartilhados (semelhantes) ou não compartilhados entre as regiões analisadas.

O "MERCADO DE TRABALHO" BRASILEIRO NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Antes de analisarmos os dados do trabalho na microrregião de Salinas, deter-nos-emos, ainda que brevemente, no comportamento desse mercado em âmbito nacional, pois a região não pode ser compreendida divorciada da dinâmica nacional. O mercado de trabalho no Brasil, entre os anos de 1930 a 1970, passou por um processo de estruturação, por meio da ampliação do emprego assalariado, notadamente dos registrados, e da diminuição das formas de ocupação sem remuneração, por conta própria e do desemprego, POCHMANN (2002). Nos anos de 1980, houve uma ruptura no processo de estruturação do mercado de trabalho brasileiro, tendência que se acentuou nos anos de 1990. Houve uma articulação entre a desestruturação e a desregulamentação[3] do trabalho no país (CARDOSO JR., 2001).

Essa articulação engendrou a *desregulação do trabalho*, a qual apresenta algumas características importantes, tais como: oferta excedente de mão de obra; crescimento intenso do setor terciário; crescimento da informalidade nas relações de trabalho; aumento da desocupação e do desemprego; precarização ou piora na qualidade dos postos de trabalho;

[3] A desregulamentação do mercado de trabalho no Brasil teve início na década de 1990, mudanças nas condições de contratação e demissão de trabalhadores e alterações na regulação da jornada de trabalho foram as primeiras mudanças implementadas, Cardoso Jr. (2001). Segundo Toledo (1997), esse processo corroborou a eliminação de postos de trabalho, a redução das horas trabalhadas pagas e garantiu liberdade ao empregador para dispensar trabalhadores.

estagnação relativa dos rendimentos médios do trabalho; diminuição na participação do Estado nas negociações entre empregados e empresas; dentre outras (CARDOSO JR., 2001).

Foram concretizadas as tendências de redução do assalariamento com registro, de expansão do desemprego e das ocupações não organizadas. Segundo Leite (2009, p.03), "os empregos estáveis começaram a ceder lugar a formas instáveis de contratação, com uma disseminação acentuada da terceirização e um nítido processo de precarização das condições de trabalho de forma geral".

Alguns fatores contribuíram para a precarização do trabalho no Brasil [4]. As transformações no processo produtivo e nas relações de trabalho propiciaram um aumento do número de trabalhadores autônomos, através das terceirizações. O crescimento do setor de serviços expressa a absorção de parte da força de trabalho outrora alocada na indústria – os serviços e o comércio apresentam maior incidência de informalidade. Além disso, fatores institucionais (especialmente, a legislação trabalhista) contribuíram para o aumento das relações de trabalho informais (precárias em alguns casos, noutros não).

No início do século XXI, foi observada uma aparente ruptura com a tendência de desestruturação do mercado de trabalho no Brasil. Segundo Leite (2009), ocorreu uma reversão da trajetória iniciada no final da década de 1980 e início da década seguinte, que se deve às mudanças "relacionadas ao decréscimo das taxas de desemprego, aumento do emprego registrado e recuperação do poder de compra dos salários" (LEITE, 2009, p.3). Assistiu-se a uma formalização das relações de trabalho, articulada a uma maior capacidade de geração de postos formais.

A partir de uma perspectiva "liberal neodesenvolvimentista", Ban (2013) verificou a predominância de contratos de trabalho por tempo indeterminado e um aumento das contratações formais – em 2009, ocorreram 15 milhões de demissões e 16 milhões de novas contratações. Segundo Ban (2013, p.315), "*open-ended contracts reach almost the entire labor force. Formal sector employees are protected not only by an extensive body of legislation (about 900 articles), but also tend to win in court when they decide to go against their employers*".

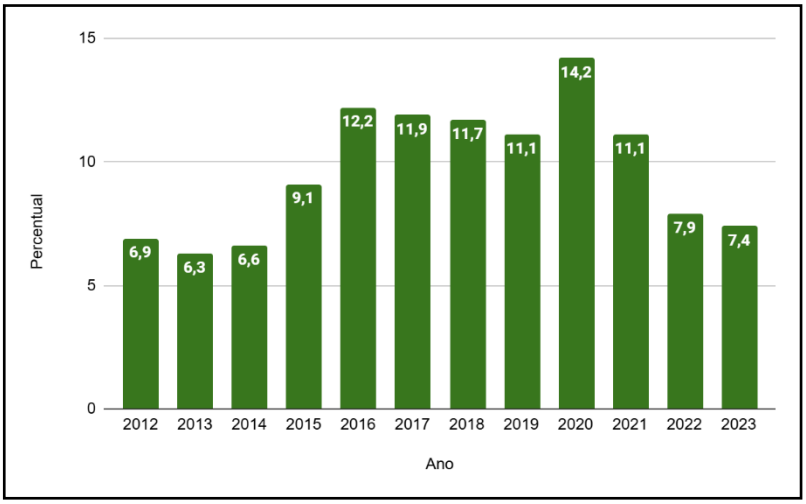
Leite (2009) afirma que apesar dos sinais positivos do mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos (taxas de emprego e de formalização do trabalho), a tendência à precarização não exibiu indicativos significativos de redução, a heterogeneidade do mercado de trabalho no Brasil corrobora essa tese. Houve um desempenho diferenciado do mercado de trabalho que pode ser associado ao contexto de sua formação no país – o arcaísmo de certas relações mantém o seu vigor em diversos rincões do país. As desigualdades nele verificadas têm origem nos anos de 1930, ou seja, desde o início da sua formação, e ao posterior desenvolvimento que experimentou – concentrado em termos espaciais e restrito ao ingresso de trabalhadores que apresentam maior qualificação e que estão alocados nas atividades urbano-industriais.

Destarte, a ruptura com o quadro de desestruturação do mercado de trabalho apresentou-se como um fenômeno de aparência. A partir do segundo quartel da década de 2010, conforme a Figura 1, as vulnerabilidades de uma economia periférica e dependente evidenciaram que a ampliação do número de postos de trabalho nos anos 2000 não seria

[4] A taxa de desemprego aumentou e se mantém em níveis elevados, a ocupação industrial despencou, os empregos de boa qualidade foram reduzidos, as exigências para a contratação de assalariados cresceram, o salário real médio se contraiu e a auto-ocupação (ou auto-emprego) tem mostrado trajetória ascendente (PAMPLONA, 2004, p. 312).

suficiente para eliminá-las, revelando, mais uma vez, a precarização permanente do trabalho no país[5]. A partir de 2015, percebe-se um aumento significativo das taxas de desemprego no país.

Figura 1 - Taxa de desocupação no Brasil - período de 2012.



Fonte: Autoria Própria. PNAD (IBGE, 2024).

Segundo Alves (2014), na década de 2000, os indicadores do mercado de trabalho apresentaram índices significativamente positivos, expressos na redução das taxas de desemprego total nas regiões metropolitanas, no aumento do índice de empregos formais no mercado de trabalho, no incremento da massa de rendimentos médios reais, na redução do tempo de procura por trabalho e no aumento sensível do salário-mínimo (entre os anos de 2003 e 2013 houve um aumento de 73% no salário-mínimo brasileiro, apresentando reflexos na redução da desigualdade de renda no país). Emergiu uma macroeconomia do trabalho que se diferenciou dos “anos de chumbo” do neoliberalismo que vigorou nos anos 1990 (ALVES, 2014).

O aumento da formalização no mercado de trabalho e a redução do desemprego demonstram que o novo modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil (neodesenvolvimentista) se diferencia do modelo neoliberal que vigorou no país na década de 1990, com impactos negativos sobre a força de trabalho. Porém, esses indicadores positivos não conseguem obliterar as características (históricas) estruturais da degradação do trabalho no Brasil, expressas, por exemplo, no crescimento da taxa de rotatividade do trabalho e no aumento no número de contratos de trabalho precários[6]. Esse quadro evidencia uma “modernização conservadora” no mercado de trabalho brasileiro, pois carrega, por um lado, os traços históricos da arcaica flexibilidade estrutural do trabalho e, por outro, as relações características da nova precariedade salarial instaurada a partir do novo paradigma produtivo flexível (ALVES, 2014, p.55). O arcaico e o moderno se fusionam na composição do mercado de trabalho brasileiro no século XX.

[5] Lopes (2011) afirma que a precarização do trabalho é uma característica perene do capitalismo. O trabalho no Brasil confirma essa observação, pois a precarização é uma característica que marcou a formação social do país.
[6] Alves (2014, p.53) verifica a existência de “novas modalidade de contratos de trabalho flexíveis, inscritas na CLT, com a expansão da terceirização e do emprego subcontratado (assalariados contratados em serviços terceirizados)”.

A taxa de formalização[7] apresentou um crescimento contínuo a partir de 2002. Porém, esse crescimento não expressou uma mudança estrutural no mercado de trabalho brasileiro, pois se baseou em elementos contingentes, a saber: iniciativas legislativas e ações governamentais que visavam à formalização do vínculo empregatício[8]. O recurso à flexibilização dos estatutos salariais, com vistas a facilitar a contratação formal, expressa o caráter contraditório da formalização (ALVES, 2014).

A tabela 1 apresenta a composição da taxa de desocupação por faixas etárias no país. Percebe-se que a desocupação afeta de maneira mais intensa os jovens (faixas entre 14 a 17 e 18 a 24 anos), experimentando um aumento dramático a partir de 2015. Esse aumento reflete uma tendência global, expressa na concepção de precariado.

Tabela 01 - Taxa de desocupação, por idade, no Brasil - período de 2012 a 2023.

Ano	Faixa Etária				
	14 a 17	18 a 24	25 a 39	40 a 59	60 ou mais
2012	19,6	13,8	7,5	2,1	2,0
2013	18,6	12,8	6,3	3,2	1,6
2014	21,6	13,8	6,2	3,3	2,1
2015	29	18,9	8,4	4,9	2,6
2016	39,8	25,3	11,1	6,9	3,4
2017	39,2	24,9	10,7	6,9	4,2
2018	40,4	24,6	10,6	6,9	4
2019	39,3	23,2	10,1	6,5	4,2
2020	42,8	29	13,4	8,9	5,2
2021	37,2	22,8	10,1	7,2	4,4
2022	29	16,4	7,1	5,3	3,4
2023	28,2	15,3	6,9	4,9	3,5

Fonte: Autoria Própria. PNAD (IBGE, 2024).

O precariado que, segundo Antunes (2018), se desenvolve como um novo contingente do proletariado é composto por trabalhadores mais jovens em termos geracionais e em condições mais precarizadas de trabalho. Esse contingente é mais afetado pela informalidade, por ocupações/empregos em tempo determinado ou intermitente e, em grande parte, realiza atividades parciais. Trata-se da parcela mais precarizada do proletariado, com grande parte vinculada às atividades do setor de serviços, são jovens "cujas relações de trabalho estão mais próximas da informalidade, do trabalho por tempo determinado, dos terceirizados e intermitentes, modalidades que não param de se expandir" (ANTUNES, 2018, p.69).

Antunes (2018) verifica a nova morfologia do trabalho no Brasil e apresenta elementos que caracterizam a classe trabalhadora contemporânea no país, a saber: seu desenho multifacetado, que articula transversalidades de geração, gênero, etnia, entre outras, na compreensão da classe trabalhadora atual; e o surgimento e expansão dos novos proletários precarizados no setor de serviços (sem desconsiderar os operários remanescentes dos

[7] Essa taxa é composta, obviamente, pelos trabalhadores com carteira de trabalho assinada e inclui, também, os trabalhadores domésticos (com carteira assinada), os militares e funcionários públicos estatutários, os empregadores e os trabalhadores por conta própria (que contribuem para a previdência social).

[8] Por exemplo, a Lei nº 11.324, de 19 de julho de 2006 contribuiu para a estruturação do mercado de trabalho, mas sem propiciar mudanças contundentes na dinâmica do mercado de trabalho – existem aproximadamente 7 milhões de empregados domésticos no país. Ocorreu um aumento do número de funcionários públicos (estatutário) a partir do ano de 2004. Além disso, os empregadores e os trabalhadores por conta própria também passaram pela formalização das relações de trabalho (ALVES, 2014).

modelos taylorista e fordista). Envoltos em um cotidiano de heterogeneização e homogeneização, noutros termos, do reconhecimento das suas diferenças étnicas, de geração, de gênero, dentre outras, oscilam para a condição de precariedade que tende a igualá-los na privação de direitos e regulamentações contratuais. Essa precariedade não significa que a classe trabalhadora se tornou supérflua no processo de valorização do capital, pelo contrário, participa cada vez mais desse processo, especialmente em cadeias produtivas globais.

Ainda de acordo com o autor supracitado, as condições de vulnerabilidades que afetam o trabalho, expressas no aumento dos índices de informalidade e nos elevados contingentes de terceirizados, não foram anuladas e evidenciam que a precarização do trabalho no país não foi suprimida nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

> Assim, parcela significativa dos empregos criados encontrava-se nos *call centers* e serviços de telemarketing, no trabalho on-line, no comércio, nos hipermercados, na indústria hoteleira, de *fast-food*, etc., ampliando o *novo proletariado de serviços*, o *infoproletariado*, e o enorme contingente de jovens trabalhadores nas demais empresas de serviços (ANTUNES, 2022, p.55).

A Reforma Trabalhista, aprovada em 2017, também impactou a força de trabalho no país. Sob o argumento do aumento das contratações decorrente da redução dos direitos trabalhistas, resultando em impactos positivos na economia, percebe-se o enfraquecimento dos mecanismos institucionais de proteção aos trabalhadores. O caráter ideológico envolto na discussão e aprovação da Reforma, ou seja, a criação de milhões de empregos formalizados, não se materializou. Segundo o Boletim Especial de 1º de Maio de 2023, do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, "até o início da pandemia, em março de 2020, o número de trabalhadores informais continuou a crescer mais que o de formais e, durante a crise pandêmica, foram os informais que ficaram mais expostos ao desemprego" (DIEESE, 2023, p. 03).

Mesmo após a retomada das atividades, persistem elevadas taxas de informalidade, ainda segundo o DIEESE, quatro em cada dez trabalhadores ocupados estão na informalidade - dados relativos ao 4º trimestre de 2022. Somava-se a esse quadro de precariedade do trabalho, 5,4 milhões de trabalhadores em desalento e 8,6 milhões de desempregados.

Há uma recente recuperação das condições de trabalho, segundo o DIEESE, que pode ser verificada a partir da tendência de elevação, nos últimos trimestres, do emprego com carteira assinada, da remuneração e da redução da desocupação e do desalento. Porém, as dimensões do Índice da Condição do Trabalho (ICT-DIEESE) [9] encontram-se inferiores aos verificados em 2015. Cabe salientar que a desocupação, embora tenha apresentado recente redução, é estimada em cerca de 8,3 milhões de pessoas - ano de 2023. Além disso, embora haja um aumento no índice de emprego com carteira assinada, a informalidade continua elevada, abarcando 39,1% dos trabalhadores, ou seja, grande parcela dos trabalhadores situa-se às margens da legislação trabalhista e previdenciária.

O TRABALHO NA MICRORREGIÃO DE SALINAS

[9] As condições de trabalho no país são verificadas a partir do indicador ICT-DIEESE. Esse indicador varia entre 0 e 1 e é resultado da composição de três dimensões: ICT-Inserção Ocupacional (formalização do vínculo de trabalho, contribuição para a previdência, tempo de permanência no trabalho); ICT-Desocupação (desocupação e desalento, procura por trabalho há mais de cinco meses, desocupação e desalento dos responsáveis pelo domicílio) e ICT-Rendimento (rendimento por hora trabalhada; concentração dos rendimentos do trabalho).

As oscilações entre estruturação e desestruturação compõem a dinâmica do trabalho no Brasil. É imprescindível, na análise dessa dinâmica, considerar elementos que a tornam mais complexa, refletindo, por exemplo, nas desigualdades regionais. De acordo com a abordagem de Oliveira (2008), essas desigualdades são inerentes à lógica de funcionamento do capitalismo, expressões de uma ligação orgânica entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Há uma simbiose entre o moderno e o arcaico, na qual o primeiro se nutre do segundo. Nessa linha, o subdesenvolvimento de certas regiões deriva das relações que estabelecem com outras.

Cabe salientar que o processo histórico de integração do Norte de Minas às relações sociais tipicamente capitalistas ocorreu paulatinamente. Segundo Silva (2016), o processo de ocupação da região via expansão dos currais da Bahia e Pernambuco e por meio das Bandeiras Paulistas teve início no século XVII e instaurou atividades produtivas que sustentaram a região até o início do século XX, ou seja, a pecuária e a agricultura de subsistência, que emergiu a ela associada. Estas atividades estavam relacionadas ao modo capitalista de produção na medida em que a pecuária estava orientada para o mercado e contribuía para a reprodução da força de trabalho na região das minas que, por sua vez, participava do processo de acumulação de capital na metrópole.

Embora haja uma controvérsia quanto à primazia das correntes de ocupação no Norte de Minas Gerais (vaqueiros e bandeirantes), o mais importante é que elas resultaram na instalação de grandes fazendas de criação e que estas foram firmadas antes mesmo do início da exploração aurífera. A região já se encontrava pronta para suprir o aumento na demanda de alimentos. Enfim, já estava pronta para ser articulada ao modo de produção capitalista – seguindo a lógica anunciada por Harvey (2013).

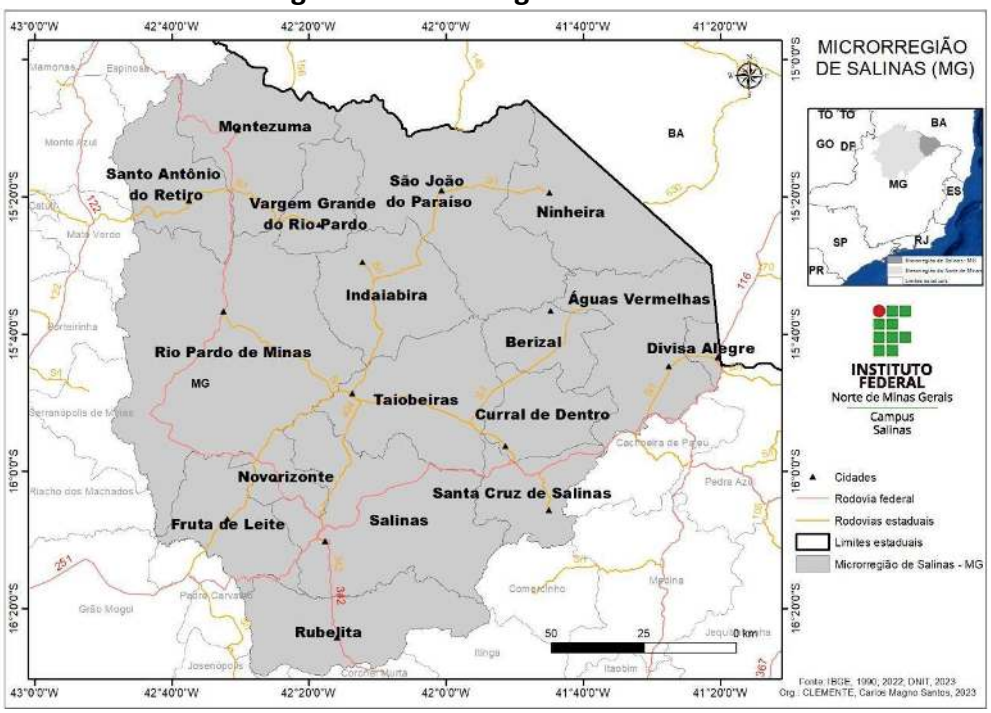
A partir da segunda metade do século XX, o Norte de Minas Gerais começou a experimentar um processo de industrialização massiva, por meio da sua inclusão na área de abrangência da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Houve uma intensificação das relações do Norte de Minas com o Centro-Sul, integrando a sua economia ao capitalismo mais desenvolvido no país. Os incentivos fiscais e financeiros governamentais fomentaram a reprodução capitalista na região. Porém, a modernização do Norte de Minas Gerais abriu novas possibilidades ao capital do Centro-Sul, corrompendo os objetivos propostos para a região – são exemplos desses objetivos: apoiar indústrias que utilizassem matérias-primas locais, competindo com as empresas do Centro-Sul e modernizar empresas tradicionais locais.

O processo de industrialização do Norte de Minas se torna inteligível a partir da sua articulação à dinâmica mais geral do capitalismo nacional. A região se configurou como espaço alternativo para a reprodução ampliada do capital – o outro necessário à reprodução do sistema. Não foi percebida uma articulação entre os capitais investidos e as estruturas produtivas regionais. Houve, contrariamente, uma articulação entre os capitais investidos via Sudene e o processo de acumulação capitalista do Centro-Sul. Os ramos industriais (capital nacional e multinacional) mais dinâmicos daquela região foram beneficiados pelo sistema de incentivos, resultando em um débil aproveitamento do capital local, da mão de obra norte mineira, entre outros. Enfim, não ocorreram mudanças estruturais que propiciassem um desenvolvimento econômico mais autônomo da região.

A microrregião de Salinas, situada na mesorregião Norte de Minas, conforme figura abaixo, é composta por 17 (dezessete) municípios: Águas vermelhas; Berizal; Curral de Dentro; Divisa Alegre; Fruta de Leite; Indaiabira; Montezuma; Ninheira; Novorizonte; Rio Pardo de Minas; Rubelita; Salinas; Santa Cruz de Salinas; Santo Antônio do Retiro; São João do Paraíso;

Taiobeiras e Vargem Grande do Rio Pardo. De acordo com dados do último Censo, realizado no ano de 2022, a população total da microrregião era de 211.265 habitantes. No ano de 2010, a população total da microrregião de Salinas era de 210.771 habitantes, sendo que 57,19% viviam na área urbana.

Figura 2 - Microrregião de Salinas.



Fonte: IBGE, 1990; 2022; DNIT, 2023. Org.: CLEMENTE, Carlos Magno Santos, 2025.

Antes de analisarmos os dados da microrregião de Salinas, vamos abordar brevemente algumas características do trabalho em Minas Gerais, com o objetivo de indicarmos algumas as desigualdades no "mercado" de trabalho nas mesorregiões do Estado, fornecendo subsídios para uma melhor compreensão dos dados relativos ao trabalho na microrregião de Salinas.

Drummond afirmava que "Minas são muitas", uma vez que as diferenças em termos culturais, políticos, sociais e econômicos, verificadas entre as mesorregiões, são características do estado. Destaca-se o estudo de Dulci (1999) sobre o processo de desenvolvimento de Minas Gerais, que apresenta como fio condutor de sua análise a conjugação de *fatores econômicos* e *políticos* na superação do "atraso econômico da região". A partir de duas variáveis principais, o "grau de desenvolvimento ou de atraso econômico" das regiões e o caráter "interno ou externo da iniciativa de modernização", propôs um modelo de análise do desenvolvimento que considerou as *razões de mercado*, as *razões políticas estratégicas* e os *casos intermediários* – que combinaram a lógica do mercado e os fatores políticos.

O processo de desenvolvimento das diferentes regiões de Minas Gerais não foi homogêneo. Foram verificadas três modalidades principais de desenvolvimento no estado, o que reforça a idéia da sua heterogeneidade. Os modelos constatados variam consideravelmente. Casos opostos ocorreram em Juiz de Fora, que se assemelha ao modelo originário de industrialização (o parque industrial da localidade era uma extensão do centro mais dinâmico da economia brasileira durante a fase pioneira de industrialização) e no Norte de Minas, área de atuação da Sudene, que teve seu processo de industrialização estimulado

por uma política do Governo Federal - semelhante à região Nordeste do país. Os indicadores sociais e econômicos do Norte de Minas Gerais confirmam a semelhança com o Nordeste. Esses dois casos refletem respectivamente o tipo de industrialização motivada por *fatores de mercado*, relativamente independente de variáveis políticas, e a industrialização motivada por *fatores externos*, baseada em meios institucionais para a dinamização de áreas sem interesse para investimentos de mercado.

Uma terceira modalidade de desenvolvimento mineiro se baseou na busca de "uma via própria" que se utilizava de recursos políticos articulada ao potencial das condições de mercado, modalidade característica de Belo Horizonte. Assim, o processo de desenvolvimento deriva do impulso interno a partir da combinação de fatores econômicos e políticos. As elites mineiras se apresentaram como fundamentais nesse processo (DULCI, 1999).

No caso do presente estudo, analisamos as diferenças expressas em alguns indicadores sobre o trabalho. De forma geral, percebe-se Minas Gerais como síntese do país, as mesorregiões situadas nas porções central e sul do estado apresentam uma acentuada dinâmica econômica, enquanto as mesorregiões, mais ao norte do estado, apresentam baixos níveis de desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento diferenciado de Minas Gerais, ou os diferentes níveis de conexão das mesorregiões com o capitalismo nacional (com as regiões mais desenvolvidas) e/ou global, reflete em distintas configurações do mercado de trabalho no estado. A variável posição na ocupação pode nos conceder um panorama sobre a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho em Minas Gerais, considerando regiões que expressam processos diferenciados de desenvolvimento, as mesorregiões Norte de Minas e a Metropolitana de Belo Horizonte.

Tabela 2 – Evolução do mercado de trabalho formal por Grandes Setores do IBGE nas mesorregiões Norte de Minas e Metropolitana de Belo Horizonte nos anos de 2002, 2007, 2012, 2017 e 2022.

Mesorregião	Grande Setor	2002	2007	2012	2017	2022
Norte de Minas	**Total (NA)***	**117.153**	**160.956**	**204.380**	**216.981**	**258.409**
	1 – Indústria	18,77%	14,87%	12,76%	12,79%	13,82%
	2 - Construção Civil	3,04%	3,26%	4,18%	2,96%	3,82%
	3 – Comércio	17,77%	19,28%	23,16%	22,18%	20,47%
	4 – Serviços	48,57%	51,00%	48,89%	51,94%	51,44%
	5 – Agropecuária	11,85%	11,58%	11,01%	10,12%	10,45%
	Total	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Metropolitana de Belo Horizonte	**Total (NA)***	**1.418.201**	**1.922.444**	**2.319.462**	**2.020.649**	**2.348.640**
	1 – Indústria	15,70%	16,63%	16,45%	15,04%	15,44%
	2 - Construção Civil	6,23%	7,68%	9,25%	5,99%	6,77%
	3 – Comércio	14,85%	15,06%	16,45%	18,14%	16,93%
	4 – Serviços	61,80%	59,24%	56,83%	59,71%	59,89%
	5 – Agropecuária	1,42%	1,40%	1,01%	1,12%	0,98%
	Total	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

Fonte: Autoria Própria. RAIS MTE, 2024.
* Números Absolutos

Verificou-se uma evolução contínua, em números absolutos, dos contratos formais no mercado de trabalho no estado de Minas Gerais. Algumas tendências iniciadas a partir dos anos 1990 foram sentidas nas mesorregiões do estado. Silva (2016) realizou uma comparação entre a evolução do mercado de trabalho formal por setores do IBGE nas mesorregiões Norte de Minas e Metropolitana de Belo Horizonte, evidenciando que houve uma redução relativa do número de ocupados no setor da Indústria de Transformação, na região Metropolitana de Belo Horizonte, passando de 17,5%, em 1985, para 12,95%, no ano de 2014. Alteração ainda mais sensível ocorreu na região Norte de Minas Gerais, passando de 24,07%, para 12,46%, no mesmo período.

A partir de 2002, segundo a Tabela 2, houve certa estabilidade no número de trabalhadores formais no grande setor Indústria, na região Metropolitana de Belo Horizonte, o percentual passou de 15,17%, em 2002, para 15,44%, no ano de 2022. Na região Norte de Minas Gerais, houve redução no mesmo período, passando de 18,77%, para 13,82%, respectivamente. Deve-se considerar, no caso do Norte de Minas, uma sensível redução no ano de 2007, passando para 14,87%, estabilizando-se ao longo dos anos. Esse quadro aponta para certa consolidação das mudanças no setor iniciadas na década de 1990.

O setor de serviços é o maior empregador nas regiões comparadas, com maior expressão na região Metropolitana de Belo Horizonte, apresentando 59,89% de vínculos ativos em 2022, vis-à-vis 51,44% no Norte de Minas. A maior expressão dos empregos no setor de serviços, assim como o número significativo de trabalhadores no comércio (como segundo maior empregador nas mesorregiões em destaque) configura uma das características da nova morfologia do trabalho, marcada pela precariedade do trabalho, expressão das persistentes vulnerabilidades que afetam o trabalho no país (ANTUNES, 2022).

Destaca-se que no grande setor Construção Civil há uma diferença significativa de 2,95% entre as mesorregiões Norte de Minas e Metropolitana de Belo Horizonte (o que pode indicar uma maior expressão relativa do setor no conjunto dos empregos e/ou uma menor formalização do trabalho na construção civil no Norte de Minas). Outro grande setor da economia que evidencia a diferença entre as mesorregiões é o de Agropecuária. Foi verificado um percentual de 0,98% dos trabalhadores formais registrados no setor na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte no ano de 2022; percentual bastante inferior ao verificado no Norte de Minas, onde 10,45% dos trabalhadores estavam formalmente empregados no setor.

No caso da microrregião de Salinas, na comparação com as mesorregiões supracitadas, verificamos a seguinte composição do mercado de trabalho por grandes setores.

Tabela 3 – Mercado de trabalho formal por Grandes Setores do IBGE na microrregião de Salinas e nas mesorregiões Norte de Minas e Metropolitana de Belo Horizonte no ano de 2022.

Grande Setor	Microrregião		Mesorregião			
	Microrregião de Salinas		Norte de Minas		Metropolitana Belo Horizonte	
1 - Indústria	2.426	9,53%	35.718	13,82%	362.578	15,44%
2 - Construção Civil	745	2,93%	9.868	3,82%	159.033	6,77%
3 - Comércio	4.916	19,30%	52.902	20,47%	397.618	16,93%
4 - Serviços	15.155	59,50%	132.927	51,44%	1.406.489	59,89%
5 - Agropecuária	2.227	8,74%	26.994	10,45%	22.922	0,98%
Total	**25.469**	**100,00%**	**258.409**	**100,00%**	**2.348.640**	**100,00%**

Fonte: Autoria Própria. RAIS MTE, 2024.

Percebem-se, a partir da tabela 3, elementos de homogeneidade e de heterogeneidade no emprego, no comparativo entre as regiões. A microrregião de Salinas, que reflete dados do emprego verificados na mesorregião Norte de Minas, apresenta como elemento de heterogeneidade mais sensível o emprego no grande setor de Agropecuária, o qual representa 8,74% dos vínculos de empregos formais.

Trata-se de uma atividade que impulsiona o mercado de trabalho de várias cidades da microrregião de Salinas e da mesorregião Norte de Minas. Nesta, segundo Pereira e Afonso (2010), dos 89 (oitenta e nove) municípios que a compõem 79 (setenta e nove) apresentam sedes que podem ser identificadas como de pequenas cidades – a dinâmica demográfica e as características sociais e econômicas dos municípios corroboram essa observação.

> Nesses municípios há correspondência entre o tamanho populacional e a reduzida dinâmica urbana. No interior das cidades é comum traços da vida rural no tecido urbano, que se expressa, entre outros, pela ocupação da população em atividades rurais tradicionais, na manutenção de hábitos ligados ao rural, pela presença dos currais nos arredores, na circulação de pessoas utilizando cavalos, carroças, charretes ou carro de bois, entre outros (PEREIRA; AFONSO, 2010, p.46).

No que diz respeito às atividades econômicas desenvolvidas nos pequenos municípios, destacam-se a agricultura familiar e a pecuária. Outras atividades também se destacam no campo como carvoejamento e, em menor escala, a agroindústria. Nas áreas urbanas, as atividades que movimentam a economia local são o comércio e os serviços – sempre citadas como complementares à agropecuária. Por ser destaque na geração de empregos nos pequenos municípios, a administração pública serve de base para uma relação de dependência, orientada por grupos que dominam a política local[10].

Quanto à dinâmica econômica, ainda de acordo com os autores supracitados, há a constatação de que o Programa Bolsa Família tem contribuído com o comércio local. Devido às características socioeconômicas dos municípios da região, o número de beneficiários desse

[10] Nesse cenário, a democracia fica à mercê de tais grupos, as ações direcionadas ao atendimento de demandas sociais estão vinculadas às decisões do poder executivo com nenhuma ou débil participação da população local. Relacionada a esse cenário, há a falta de organização da sociedade para direcionar as políticas locais o que denota a incapacidade da população desses municípios em orientar o seu próprio destino (PEREIRA; AFONSO, 2010).

Programa é bastante significativo. Cabe salientar que nem todas as famílias norte mineiras que se enquadram nas normas sociais do Programa são atendidas.

O conjunto de dados apresentados indica a expansão do novo modelo produtivo nas regiões analisadas, o que não significa uma homogeneidade absoluta no tipo de trabalho e nas relações de trabalho, haja vista a diversidade interna a cada dos grandes setores supracitados. Porém, indicam processos que alteram a configuração da classe trabalhadora - por exemplo, a redução do número de vínculos ativos de trabalhadores no setor industrial e o aumento no número de vínculos no setor de serviços. Segundo Pamplona (2004), a redução do emprego na indústria impacta diretamente na qualidade dos empregos, haja vista, a precariedade presente no setor de serviços e no comércio. Ocorre, simultaneamente, a ampliação das exigências para a contratação de trabalhadores, conforme a tabela 4.

Tabela 4 - Escolaridade por Grandes Setores na Microrregião de Salinas.

Escolaridade (2007 e 2022)	Grandes setores - Microrregião de Salinas											
	Indústria		Construção Civil		Comércio		Serviços		Agropecuária		Total	
	2007	2022	2007	2022	2007	2022	2007	2022	2007	2022	2007	2022
Analfabeto	3,38%	1,32%	4,34%	1,48%	0,89%	0,37%	1,80%	0,48%	3,77%	2,78%	371	196
Até 5ª Incompleto	28,40%	6,64%	18,62%	6,58%	4,51%	2,18%	13,88%	4,91%	45,96%	12,26%	3.214	1.334
5ª Completo Fundamental	15,86%	3,38%	11,48%	2,01%	6,02%	1,02%	14,03%	4,59%	18,72%	10,64%	2.318	1.080
6ª a 9ª Fundamental	17,53%	10,88%	19,13%	14,23%	11,79%	5,41%	9,00%	6,60%	11,89%	24,38%	1.858	2.179
Fundamental Completo	11,43%	11,62%	25,00%	7,38%	12,44%	6,55%	9,05%	8,09%	5,46%	16,66%	1.627	2.256
Médio Incompleto	6,05%	9,15%	10,20%	6,44%	13,90%	6,16%	4,47%	4,09%	7,54%	7,18%	1.117	1.353
Médio Completo	16,36%	51,20%	10,46%	56,51%	47,32%	71,68%	34,45%	45,91%	5,57%	23,71%	4.986	12.673
Superior Incompleto	0,28%	2,06%	0,51%	1,88%	1,22%	2,44%	1,47%	1,72%	0,16%	0,63%	184	459
Superior Completo	0,72%	3,75%	0,26%	3,49%	1,83%	4,17%	11,81%	23,40%	0,94%	1,75%	1.229	3.907
Mestrado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,04%	0,02%	0,03%	0,17%	0,00%	0,00%	4	27
Doutorado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,04%	0,00%	0,01%	0,03%	0,00%	0,00%	2	5
Total	**1.803**	**2.426**	**392**	**745**	**2.460**	**4.916**	**9.707**	**15.155**	**2.548**	**2.227**	**16.910**	**25.469**

Fonte: Autoria Própria. RAIS MTE, 2024.

De acordo com a literatura da sociologia do trabalho, uma das características do novo modelo produtivo é o aumento da escolaridade dos trabalhadores. Coletamos dados relativos ao nível de escolaridade. Destacamos o nível "médio completo", conforme tabela 4, com o intuito de demonstrar o aumento desse nível de educação formal entre os trabalhadores – nível de instrução que visa ao desenvolvimento do indivíduo para o exercício da cidadania, especialmente fornecendo bases para a sua progressão no trabalho e para qualificação/estudos posteriores. Trata-se de um nível de escolaridade que desenvolve

habilidades mobilizadas pelos trabalhadores durante a realização do trabalho e serve de base para a construção de novos saberes – nível mínimo de escolaridade frequentemente exigido para o ingresso em diversas empresas/instituições.

Houve o aumento na escolaridade "médio completo" em todos os grandes setores analisados (indústria, construção civil, comércio, serviços e agropecuária) na microrregião de Salinas. O aumento da escolaridade dos trabalhadores é uma tendência verificada tanto nas regiões mais desenvolvidas quanto nas que apresentam uma menor dinâmica econômica. Porém, alguns dados não seguem um crescimento progressivo e/ou linear.

A exploração da força de trabalho, especialmente nas regiões consideradas mais desenvolvidas e que experimentaram de forma mais intensa o processo de reestruturação produtiva, tem como uma de suas características principais o aumento da qualificação dos trabalhadores. Segundo Bernardo (2000), por exemplo, é demandada do trabalhador qualificação para a realização de novas operações que exigem maior destreza, tanto para a realização de atividades manuais quanto conhecimento especializado que incide em uma maior capacidade cognitiva e de organização.

Cabe salientar que a maior exigência em termos de escolaridade apresenta um aspecto não claramente evidenciado nas relações sociais, especialmente nos discursos sobre a valorização da educação como panaceia para os problemas sociais, qual seja, o da responsabilização do indivíduo por seu destino no mercado de trabalho e, consequentemente, a retirada da responsabilidade da estrutura social (capitalista) pela não absorção da força de trabalho disponível. Destarte, a educação se constitui, nessa perspectiva, como legitimadora do desemprego e precarização que afetam o mercado de trabalho[11].

Parece ser consenso a existência de uma estreita relação entre trabalho e educação. Porém, algumas críticas podem ajudar a problematizar essa relação. Machado (1989), por exemplo, observa problemas relativos à taxa de retorno e ao tipo de explicação que é oferecida aos problemas nas relações entre educação e emprego. Embora a autora admita que os investimentos em educação possibilitem o aumento da produtividade, proporcionando condições para a rápida acumulação mediante o incremento da mais-valia relativa, existe uma série de mediações efetuadas por outros elementos que apresentam um poder explicativo maior que a variável educação. Ignora-se a determinação da estrutura social sobre a relação entre educação, produtividade e renda, o que demonstra o caráter ideológico justificador da ordem capitalista presente na teoria.

[11] Nessa linha de argumentação Machado (1989, p. 119) afirma que "mitos e estereótipos são criados a respeito de certos contingentes da população, para justificar diferenças salariais, para que as pessoas aceitem reduzir suas ambições profissionais e financeiras sob o pretexto de que realmente são diferentes, para que, enfim, o sistema econômico não seja responsabilizado por não conseguir absorver toda a mão de obra disponível". Seguindo essa perspectiva Frigotto (1998, p.44) observa que "o balanço da história recente, da forma violenta mediante a qual o capital resolve suas crises de maximização das taxas de lucro não deixa dúvida de que de fato o ideário do capital humano, como estratégia para a diminuição de desigualdades internacionais, regionais e individuais, apreende as relações sociais de forma enviesada e falseia as razões estruturais da exclusão".

Tabela 5 - Faixa de Remuneração por Grandes Setores na Microrregião de Salinas.

Faixa de Remuneração	Grandes setores - Microrregião de Salinas											
	Indústria		Construção Civil		Comércio		Serviços		Agropecuária		Total	
	2007	2022	2007	2022	2007	2022	2007	2022	2007	2022	2007	2022
Até 0,50	0,28%	0,00%	0,00%	0,00%	0,37%	0,00%	0,77%	0,00%	0,16%	0,00%	0,55%	0,00%
0,51 a 1,00	36,22%	0,62%	22,70%	1,34%	40,85%	0,73%	19,44%	0,90%	41,05%	1,30%	27,68%	0,90%
1,01 a 1,50	40,99%	24,48%	40,05%	22,42%	39,55%	24,19%	51,25%	14,33%	42,07%	31,39%	46,81%	18,87%
1,51 a 2,00	12,59%	43,90%	18,88%	45,37%	11,02%	50,39%	15,05%	37,73%	9,89%	40,41%	13,51%	41,15%
2,01 a 3,00	5,32%	13,40%	13,78%	13,42%	5,45%	14,06%	5,95%	19,91%	3,96%	13,20%	5,69%	17,32%
3,01 a 4,00	1,33%	7,25%	2,30%	5,91%	0,85%	4,52%	1,98%	16,10%	0,78%	3,86%	1,57%	11,64%
4,01 a 5,00	0,72%	2,23%	1,53%	0,94%	0,45%	0,85%	1,30%	5,47%	0,67%	1,21%	1,02%	3,76%
5,01 a 7,00	0,50%	1,03%	0,00%	0,67%	0,81%	0,90%	2,05%	1,40%	0,27%	0,45%	1,39%	1,17%
7,01 a 10,00	0,22%	0,66%	0,00%	1,61%	0,08%	0,35%	0,86%	0,74%	0,20%	0,45%	0,56%	0,75%
10,01 a 15,00	0,33%	0,58%	0,00%	0,94%	0,04%	0,10%	0,57%	0,24%	0,00%	0,31%	0,37%	0,32%
15,01 a 20,00	0,06%	0,25%	0,00%	0,13%	0,04%	0,10%	0,16%	0,23%	0,08%	0,72%	0,12%	0,28%
Mais de 20,00	0,00%	0,16%	0,00%	0,00%	0,00%	0,02%	0,22%	0,10%	0,04%	0,72%	0,13%	0,16%
{ñ class}	1,44%	5,44%	0,77%	7,25%	0,49%	3,80%	0,40%	2,85%	0,82%	5,97%	0,60%	3,69%
Total	**1803**		**392**		**2460**		**9707**		**2548**		**16910**	**25469***

Fonte: Autoria Própria. RAIS MTE, 2024.

* Cento e noventa e seis (196) trabalhadores entram na categoria "não classificado", considerando percentuais em todas as faixas de remuneração, o quantitativo considerando todos os trabalhadores é de 25.665.

A tabela 5 apresenta dados relativos à evolução do rendimento dos trabalhadores nos grandes setores (indústria, construção civil, comércio, serviços e agropecuária) no período de 2007 a 2022 - o salário mínimo em abril de 2007 era de R$ 380,00 e, em dezembro de 2022, era de R$ 1.212,00. A tabela apresenta uma evolução na faixa de remuneração ao longo dos anos, pois nos grandes setores indústria, construção civil, serviços e agropecuária a faixa que concentrava o maior número de empregos no ano de 2007 era a 1,01 a 1,50 salário mínimo - o grande setor comércio, apresentava o maior número de empregados na faixa de 0,51 a 1,00 salário. No ano de 2022, a faixa de remuneração entre 1,51 a 2,00 concentra o maior número de empregados considerando todos os grandes setores. Porém, isso não significa uma estruturação do mercado de trabalho.

A partir de 2017, segundo o DIEESE, a INPC (Índice de Preços ao Consumidor), parâmetro para a inflação, foi superior (6,58%) ao reajuste nominal do salário mínimo (6,48%), que passou de R$ 880,00, em 2016, para R$ 937,00 em 2017, apresentando um aumento real de -0,10. Nos anos de 2018, 2020, 2021 e 2022, não houve aumento real do salário mínimo em patamar próximo a 1%. Além disso, ainda de acordo com o DIEESE, em sua Pesquisa

nacional da Cesta Básica de Alimentos[12], o salário mínimo necessário seria de R$ 6.647,63 - em 2022.

Segundo Singer[13] (1975) apud Machado (1989), a diferenciação de remuneração decorrente da educação fundamenta-se na Teoria Marginalista da Repartição. Essa sustenta que o salário deriva da produtividade marginal do trabalho. Dessa forma, seria possível determinar a produtividade na margem de cada indivíduo que trabalha em uma determinada empresa, fundamentando-se na divisibilidade dos fatores de produção. Porém, a divisão do trabalho em uma empresa moderna força a uma interdependência entre todos os integrantes de equipes de produção, não fazendo sentido medir a produtividade de cada funcionário isoladamente.

Segundo Kuenzer (1997), fatores de ordem conjuntural e/ou internos a empresa determinam o salário, a saber: mão de obra disponível no mercado de trabalho, relacionada com a demanda da empresa; política salarial e política de recursos humanos da empresa; qualificação da força de trabalho excedente – exército de reserva –; tipo e número de vagas oferecidas e outros.

A mobilidade social, ou mesmo a passagem de uma classe social para outra, pode ser alcançada mediante a educação. Porém, esses casos não constituem a regra, mas são passados como se fossem. Isso é necessário para a legitimação da ideologia que promove a escola. A educação atua, na maioria dos casos, como confirmadora da posição social anterior à entrada na escola, (BOURDIEU, 1998), justificando as desigualdades sociais existentes. Segundo Machado (1989), as desigualdades não resultam do maior ou menor número de anos de escolaridade, mas sim do acesso diferencial aos meios de produção.

As oportunidades de emprego e os níveis salariais dependem mais do jogo do mercado do que do grau de escolarização dos indivíduos. Normalmente ocorre o desemprego e subemprego de graduados em determinadas especialidades, as quais não são necessárias à produção em determinado momento. Dessa forma, “o retorno em educação depende muito mais da natureza das ocupações do que da melhoria do grau de qualificação da força de trabalho” (BELLUZZO[14] apud MACHADO, 1989, p.116).

A melhoria da qualificação de mão de obra contribui para o aumento da produtividade. Por sua vez, uma melhor qualificação diminui cada vez mais o tempo socialmente necessário para pagar a mão de obra, ou seja, a mercadoria da força de trabalho gera um valor maior do que seu valor de troca. À medida que a produtividade aumenta, o valor necessário para pagar a mão de obra diminui. Portanto, o investimento em qualificação, feito pelo Estado ou pelo indivíduo, é apropriado pelo capitalista.

Segnigi (2000) verificou um aumento do número de desempregados entre os trabalhadores escolarizados, especialmente nos setores considerados mais modernos da economia nacional. Essa situação relativiza a perspectiva instrumental da educação, ou seja, que níveis mais elevados de escolaridade são suficientes para garantir o emprego – ou trabalho. A autora afirma, também, que os jovens apresentam maiores níveis de formação, mas se destacam nas estatísticas do desemprego e/ou ocupam trabalhos precários.

[12] Trata-se de uma pesquisa realizada pelo DIEESE, de periodicidade mensal, que estima o valor mínimo necessário para uma família de quatro pessoas, considerando despesas com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência. Necessidades definidas no Art. 7º, inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil.

[13] SINGER, P. Desenvolvimento e repartição de renda no Brasil. In: TOLIPAN, R., TINELLI, A. C. (org.). A Controvérsia sobre a Distribuição de Renda e Desenvolvimento. Zahar: Rio de Janeiro, 1940.

[14] BELLUZZO, L. G. M. Distribuição de Renda: uma visão da controvérsia. In: TOLIPAN, R., TINELLI, A. C. (org.). A Controvérsia sobre a Distribuição de Renda e Desenvolvimento.

A institucionalização do salário mínimo, na perspectiva de Oliveira (2008), apresenta um significado considerável para a acumulação na economia urbano-industrial, pois "ela evita precisamente o contrário do que supõem alguns, o aparecimento do mercado de trabalho da *escassez específica* que tenderia a elevar o salário de algumas categorias, pela adoção de uma regra geral de excesso global" (OLIVEIRA, 2008, p.81). Noutros termos, ainda segundo o autor, a fixação de salários acima do mínimo sempre é realizada considerando-o por base e não a produtividade dos setores, ou seja, não se considera a escassez específica na determinação do preço da força de trabalho, é o conjunto do sistema que determina esse preço e não as empresas em seus ramos específicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permite compreender que a melhora pontual de alguns indicadores do mercado de trabalho não representa, por si só, a superação das condições de vulnerabilidade estrutural da economia brasileira, especialmente em sua dimensão regional. A história do Norte de Minas Gerais, conforme analisado por Silva (2016), é reveladora de um processo de integração desigual ao capitalismo, marcado pela articulação entre formas modernas e arcaicas de produção, bem como pela permanência de padrões de subdesenvolvimento. Isso demonstra que o capitalismo, enquanto processo histórico de expansão e transformação das forças produtivas, não se consolidou de maneira uniforme em todas as regiões – o que, por sua vez, condiciona e limita as possibilidades de desenvolvimento autônomo em territórios como o Norte mineiro.

Os dados analisados a partir da base RAIS e do DIEESE reforçam essa leitura, evidenciando uma persistente precariedade do mercado de trabalho. Apesar do crescimento numérico dos vínculos formais nos últimos anos, especialmente no setor de serviços, esse avanço não tem sido acompanhado por uma melhoria substancial na qualidade dos empregos, na remuneração ou nas condições de inserção laboral. Pelo contrário, observa-se uma tendência à consolidação de relações de trabalho marcadas pela informalidade, baixa remuneração, subutilização da força de trabalho e elevada rotatividade, especialmente nos setores mais dinâmicos da nova morfologia produtiva.

A microrregião de Salinas expressa de forma clara esse cenário. Os dados revelam que, embora haja aumento da escolaridade entre os trabalhadores, essa elevação não tem se traduzido, de maneira significativa, em melhores condições de remuneração ou de mobilidade social. O crescimento da exigência de escolarização não é acompanhado por um aumento proporcional das oportunidades de trabalho qualificado, indicando que a elevação do nível de instrução, embora necessária, não é suficiente para alterar a estrutura social de base. Assim, verifica-se um descompasso entre as expectativas geradas pelo discurso da educação como motor da inclusão social e os limites impostos pela própria lógica do mercado de trabalho capitalista.

Além disso, os dados sobre a remuneração demonstram que a maior parte dos vínculos formais ainda se concentra nas faixas salariais mais baixas, situadas entre 1,5 e 2 salários mínimos – patamar insuficiente para assegurar o acesso pleno a bens e serviços básicos. A partir da leitura crítica de autores como Oliveira (2008), Machado (1989) e Bourdieu (1998), é possível compreender que a precariedade e a desigualdade não são desvios ou falhas do sistema, mas sim manifestações da própria racionalidade do capitalismo, que se estrutura pela diferenciação e pela hierarquização social. A escolaridade, nesse contexto, acaba por funcionar, muitas vezes, como um mecanismo de legitimação das desigualdades, deslocando

a responsabilidade pela exclusão ou pelo desemprego do plano estrutural para o plano individual.

Portanto, a realidade do mercado de trabalho na microrregião de Salinas - inserida na lógica contraditória do desenvolvimento desigual e combinado - revela as limitações das políticas de modernização produtiva implementadas no Norte de Minas ao longo das últimas décadas. Os investimentos oriundos de políticas públicas, como os incentivos da SUDENE, não geraram os efeitos esperados de dinamização econômica autônoma. Em vez disso, contribuíram para a inserção subordinada da região aos circuitos do capital nacional, sem gerar transformações estruturais duradouras.

Em síntese, os dados e a análise aqui apresentados reforçam a tese de que o processo de desenvolvimento no Brasil - e em Minas Gerais, de forma específica - é profundamente marcado por desigualdades estruturais, seletividade espacial do capital e pela persistência de relações de trabalho precarizadas. A melhoria isolada de indicadores quantitativos, como aumento da escolaridade ou crescimento do emprego formal, não pode ser confundida com a efetiva superação das condições de subdesenvolvimento. É necessário, portanto, compreender o mercado de trabalho como parte de um sistema mais amplo, cujas contradições são reproduzidas - e, em certa medida, aprofundadas - pelas dinâmicas do próprio desenvolvimento capitalista.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo**: Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A aposta nos escombros: reforma trabalhista e previdenciária: a dupla face de um mesmo projeto. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 56-81, 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo Pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BAN, Cornel. **Brazil‟s liberal neo-developmentalism: New paradigm or edited orthodoxy?** Review of International Political Economy. 2012, iFirst: 1-34.

BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores** - Ainda há lugar para os sindicatos? São Paulo: Boitempo, 2000.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: Nogueira, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Escritos de Educação**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso. Crise e desregulação do trabalho no Brasil. **Tempo Social**. São Paulo, v. 13. n.º 2, p. 31-59, novembro de 2001.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Boletim Especial,** 1 de maio, dia do trabalhador, Maio de 2023. Disponível em: https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/1_de_Maio.html#:~:text=tem%208%2C6%20milh%C3%B5es%20de,5%2C4%20milh%C3%B5es%20de%20desalentados.&text=intermite

ntes%20ativos%20n%C3%A3o%20resultaram%20em%20trabalho%2C%20tampouco%20em%20renda.&text=2022%2C%20as%20mulheres%20negras%20lideravam,milh%C3%B5es%20(43%2C5%25).

Acesso em 20 jun. 2024.

DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: _____. (org.). **Educação e crise do trabalho:** perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998. – (Coleção estudos culturais em educação)

GUIMARÃES, Nadya Araújo. **Caminhos cruzados:** estratégias e trajetórias de trabalhadores. São Paulo: Ed. 34, 2004, 408 p.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HASENBALG, Carlos. Perspectivas sobre raça e classe no Brasil. In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Vale; LIMA, Márcia (orgs.). **Cor e estratificação social**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

HIRATA, Helena. Globalização e Divisão Sexual do Trabalho. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **PNAD Contínua: taxa de desocupação — trimestres mais recentes.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnadcontinua.html. Acesso em: out. 2024.

KUENZER. Acácia Zeneida. **Ensino de 2º grau**: trabalho como princípio educativo. – 3ªed. – São Paulo: Cortez, 1997.

LEITE, Márcia de Paula. **O trabalho no Brasil dos anos 2000**: duas faces de um mesmo processo. Workshop: "A informalidade revisitada: Das origens às novas abordagens." ABET – Universidade Federal de Campina Grande. Fundação Joaquim Nabuco, Recife 17 de Dezembro de 2009. p. 01-29.

LOPES, José Sérgio Leite. Notas sobre a precarização do trabalho no Brasil. RRET – **Revista da Rede de Estudos do Trabalho**, Marília, SP, ano 5, n. 8, p. 1-14, 2011.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Educação e divisão social do trabalho**: contribuições para o estudo de ensino técnico industrial brasileiro. – 2ª. ed. – São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. (Coleção educação contemporânea)

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAMPLONA, João Batista. A atividade informal do comércio de rua e a região central de São Paulo. In: COMIN, Álvaro A.; SOMEKH, Nádia. **Caminhos para o Centro:** estratégias de Desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

PEREIRA, Anete M.; AFONSO, P. C. . Reflexões sobre o desenvolvimento socioespacial nas pequenas cidades do norte de Minas Gerais. **Desenvolvimento social: interseções**, Belo Horizonte: Sografe, v. 1. p. 39-56, 2010.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob jogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SARTORI, Giovani. Comparación y método comparativo. In: Sartori, G.; MORNOLINO, L. ***La comparación em las ciências sociales***, Madri, Alianza, 1994. SCHNEIDER, Sergio;

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SEGNINI, L. R. P. **Educação e trabalho**: uma relação tão necessária quanto insuficiente. São Paulo em Perspectiva, 14 (2), 2000.

SILVA, Ricardo dos Santos. **Pós-fordismo no sertão?** A modernização da cadeia produtiva do carvão vegetal no norte de Minas Gerais. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

TOLEDO, Enrique de la Garza. La flexibilidade del trabajo en América Latina. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, ano 3, n. 5, p. 129-157, 1997.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo apoio financeiro que possibilitou a execução desta pesquisa.

Editores do artigo

Alex Lara Martins, Jandresson Dias Pires e Mariana Mapelli de Paiva